



A transição entre gestões no governo federal e o redesenho do Congresso Nacional, torna propícia uma análise do momento político e econômico, e sua inserção num contexto global desafiador. A crise fiscal e pressão inflacionária histórica estão entre os elementos que devem pesar na atuação do futuro governo, bem como a necessidade de reformas. Para abordar este quadro e os impactos que o novo panorama terá sobre o agronegócio brasileiro, o CEBRI e o Insper realizaram o debate “Cenários políticos, econômicos e do agronegócio pós eleições”, o terceiro do ciclo Agro Global de 2022, que contou também com a parceria do Portal Agrolink.

*Autoria do relatório: Equipe de projetos do CEBRI com base no texto de Tiago Cordeiro*

*Participantes: Arnaldo Jardim, Fernando Schüller, Maílson da Nóbrega, Marcos Jank e Tânia Zanella. Moderação por: Ivan Wedekin e Suelen Farias.*

O próximo quadriênio promete ser o mais desafiador para a economia brasileira desde o Plano Real. O novo governo vai precisar enfrentar um cenário adverso, tanto no cenário internacional, quanto no doméstico.

No contexto global, a pandemia de covid-19 e a eclosão da guerra na Ucrânia favoreceram o rompimento das cadeias de suprimento globais, cuja consequência é uma redução no ritmo da globalização, com perdas em eficiência e a alta de preços e juros, assim como um menor dinamismo econômico. Tal fenômeno tem efeito direto sobre o Brasil, pois prejudica o comércio exterior e dificulta a atração de investimentos externos no país.

Ao observar o campo doméstico, dois desafios se apresentam. O primeiro é o de aumentar a produtividade brasileira, que há anos vem se mantendo em um nível baixo, variando de 1,5% a 2% ao ano, porém de uma forma sustentável, que não implique em um crescimento fora de controle com eventual forte queda posterior. O segundo é a séria crise fiscal, que se intensifica também pela falta de cuidado com a gestão do orçamento público.

Deste modo, a boa condução do cenário político brasileiro é crucial para que se consiga atravessar este momento conturbado sem onerar as futuras gerações. É importante que o novo governo busque caminhos de consenso junto à nova legislatura, tomando como exemplo projetos que tiveram sucesso nos últimos quatro anos, como a aprovação da lei de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) e do Fundo de Investimento nas Cadeias Produtivas Agroindustriais. Também é relevante se avance em reformas estruturais em nome da economia do país, como a reforma que prevê a simplificação do sistema tributário. Uma legislação que dê sustentabilidade à regra do teto de gastos e uma relação de cooperação dos poderes em prol da sociedade brasileira, são aspectos que ajudam a promover estabilidade no Brasil e, por consequência, torná-lo mais atrativo para o capital estrangeiro.

Quando se trata do agronegócio, apesar das presentes circunstâncias, o setor permanece resiliente e relevante. Internacionalmente, está inserido, nas maiores economias do mundo. Diante de uma crise sanitária mundial, uma guerra e dos efeitos da crise climática, o agro brasileiro mostrou uma capacidade de resposta muito grande, sendo capaz de fornecer alimentos para o mundo, o que lhe rendeu recordes em exportações. Foram 100 bilhões de dólares em 2020, 120 bilhões em 2021 e espera-se atingir a marca de 145 bilhões em 2022. A demanda deve se manter firme nos próximos anos, com destaque para as commodities tradicionais, como soja, milho e proteína animal.

Já na esfera doméstica, o agro é responsável por 27% do PIB brasileiro, movimenta 2,4 trilhões de reais e emprega quase 18 milhões de pessoas. O setor, também possui 1.200 cooperativas agrícolas, com mais de um milhão de cooperados, que possibilitam a inclusão



de pequenos agricultores no mercado e chegam a faturar bilhões de reais por ano, tendo a Organização das Cooperativas Brasileiras como organização relevante na representação do setor.

Caberá então ao novo governo continuar dando ao agronegócio o protagonismo que lhe cabe e aproveitar a nova oportunidade para adotar políticas contundentes contra o desmatamento ilegal, fator que mais prejudica o setor internacionalmente. A COP 27 vem em um momento oportuno para o Brasil apresentar seu novo posicionamento acerca do compromisso com o meio ambiente, promovendo também sua relevância como *player* global no que tange a segurança alimentar e a segurança energética com o uso de fontes renováveis.

Além disso será necessário também tomar muito cuidado ao tratar da interseção entre a política fiscal e o agro. Em momentos de crise fiscal, é comum que sejam levantadas medidas como a taxação das exportações agrícolas como forma de tentar aliviar o problema. Isto tem de ser evitado, uma vez que experiências em outros países mostraram quão prejudicial esse tipo de regulação e controle pode ser para a agricultura.

---

## Conclusões

- A despeito das adversidades pelas quais o mundo foi afetado nos últimos anos, o agro brasileiro se mostrou resiliente, pujante e confiável. É esperado que o setor mantenha sua relevância na formação do PIB, no comércio internacional e nas pautas que desafiam as nações desenvolvidas
- O governo recém-eleito tem a oportunidade de reposicionar o Brasil, como protagonista, no combate à crise climática e, assim, tornar seu setor agrícola ainda mais atrativo.
- Para lidar com a crise fiscal e evitar que outras surjam, é preciso que o governo e o poder legislativo trabalhem em harmonia, buscando consenso para o estabelecimento de uma legislação que garanta o controle dos gastos públicos, e evitando intervenções governamentais prejudiciais ao agro.

---

## Referências

CORDEIRO, Tiago. Risco de crise fiscal é um desafio, mas o agronegócio brasileiro mostra resiliência. **Insper**, 2022. Disponível [aqui](#). Acesso em: 14 de nov. de 2022.